MAIS IDH

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E "SIM, EU POSSO!"

RESULTADOS E IMPACTOS



FAPEMA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

IMESC
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos



GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Vinicius Ferro Castro

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
José de Ribamar Carvalho dos Santos

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Rafael Thalysson Costa Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
Marlana Portilho Rodrigues Santos

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS
Raphael Bruno Bezerra Silva

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO
Departamento de Estudos Populacionais e Sociais

ELABORAÇÃO
Enaire de Mara Sousa da Silva
Lays Alves Rodrigues
Maysa Thaís Teixeira Póvoas
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

APOIO TÉCNICO
Paulo de Martino Jannuzzi
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)
Secretaria Adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH)

REVISÃO TEXTUAL
Yamille Castro
Larissa Martins

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

DIAGRAMAÇÃO
Carliane Sousa
Herbet Machado

CAPA
Carliane Sousa
Herbet Machado

APRESENTAÇÃO

O Mais IDH é um plano de governo que tem por objetivo reduzir a extrema pobreza e as desigualdades sociais no meio urbano e rural dos 30 municípios de menor IDH no Maranhão, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. A iniciativa foi desenhada com foco nos 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Maranhão.

Este documento, viabilizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), apresenta as avaliações de resultados e impactos de 13 programas do Plano Mais IDH, realizadas a partir de contribuição efetiva empreendida entre as equipes do IMESC, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), da Secretaria Adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano (SAPIDH) e do apoio dos órgãos responsáveis pela execução dos respectivos programas tratados nesta avaliação.

O esforço de avaliar políticas públicas do próprio estado sinaliza e reforça o compromisso, estabelecido a partir de 2015, que o Governo Estadual tem de melhorar suas políticas e aprimorar os serviços públicos implementados junto ao Plano Mais IDH. Assim sendo, as avaliações presentes nestes 13 relatórios buscam traçar e documentar os desenhos das políticas, as conquistas do Plano Mais IDH, seus pontos de atenção e sugestões de melhoria e desenvolvimento.

1. Apresentando os programas Brasil Alfabetizado e “Sim, Eu Posso!”

1.1 O que é o programa?

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o programa “Sim, eu posso!” (SEP) foram duas iniciativas de enfrentamento ao analfabetismo nos municípios do Plano Mais IDH, representantes da Mobilização pela Alfabetização. Ambos os programas tinham como objetivo a redução do índice de analfabetismo, atuando em municípios distintos, de forma a alcançar todos os 30 municípios do Plano.

O PBA é uma inciativa do Governo Federal criada em 2003 e incorporado ao Plano Mais IDH em 2015. Foi **coordenado** pela Superintendência de Modalidades e Diversidade Educacionais (SUPEMDE) por meio da Supervisão de Educação de Jovens e Adultos (SUPEJA), esses órgãos são ligados à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). O programa tinha como finalidade a alfabetização de jovens, adultos e idosos; a realização de atividades pedagógicas para a inserção do aluno no mundo letrado e a promoção da continuidade dos estudos dos egressos do programa, encaminhando-os para matrícula em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos municípios.

O SEP foi uma inciativa estadual que contou com assessoria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para a implementação do método de alfabetização cubano “Yo, sí puedo!”, desenvolvido pelo Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), que propõe como referencial teórico os fundamentos dos círculos de cultura da pedagogia freiriana. Assim como o PBA, o SEP foi coordenado pela SEDUC, SUPEMDE e SUPEJA, porém seu diferencial se encontra na assessoria político pedagógica do MST. Os objetivos também se assemelham aos propostos pelo PBA, sendo esses: a alfabetização de jovens, adultos e idosos, utilizando a metodologia freiriana dos Círculos de Cultura; a garantia de recursos humanos para gestão local e execução da jornada de alfabetização e a promoção da continuidade dos estudos dos egressos do projeto, encaminhando-os para matrícula em turmas da EJA dos municípios.

O público-alvo dos Programas Brasil Alfabetizado e “Sim, eu posso!” eram jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos que não foram alfabetizados e que habitavam uma das 30 cidades do Plano Mais IDH. As atividades previstas para o funcionamento do PBA eram a mobilização do público beneficiário, chamada pública para contratação de Alfabetizadores-Coordenadores e Alfabetizadores de turma, cadastro de turmas no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) e concessão de materiais necessários aos processos pedagógicos de alfabetização. Para

execução do SEP estava previsto a contratação e capacitação de corpo técnico, a definição do método e conteúdo curricular, elaboração e/ou aquisição de material didático, definição de infraestrutura para oferta do programa, mobilização de turmas e realização de consultas oftalmológicas. O encaminhamento pra EJA se constituía como a última atividade prevista em ambos os programas.

A **metodologia de funcionamento do PBA** previa o cadastro dos municípios ou estados interessados, repasses financeiros para o pagamento de bolsas a alfabetizadores, compra de materiais didático-pedagógicos, entre outras despesas. O período de execução das turmas de alfabetização seria de oito meses, com períodos distintos de início e término em cada município. Estes contaram com equipes de alfabetizadores-coordenadores de turmas e alfabetizadores. Cada alfabetizador-coordenador ficou responsável por, no mínimo, cinco turmas. Cada turma foi composta por um alfabetizador, sendo, no mínimo, sete alfabetizandos na zona rural e 15 na zona urbana. Os alfabetizadores-coordenadores de turmas e alfabetizadores foram contratados, por meio de chamadas públicas, e foram responsáveis, além da ministração das aulas, por mobilizar e cadastrar os alfabetizandos.

Já a **metodologia de funcionamento do SEP** previa, além da parceria com MST, o desenvolvimento de uma jornada de dez meses, sendo oito meses de aulas. O primeiro mês da jornada seria dedicado à mobilização – Capacitação Estadual da Brigada de Alfabetização do "Sim, Eu Posso!". Os três meses seguintes seriam reservados para a execução do método cubano, seguido de cinco meses de aprofundamento de leitura e escrita por meio da metodologia freiriana dos círculos de cultura. Já o último mês seria destinado ao balanço dos resultados, sistematização e avaliação final.

Em resumo, os programas PBA e SEP caracterizavam-se como duas estratégias diferentes agindo sobre o mesmo objetivo: a alfabetização de jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos. Enquanto o PBA foi uma iniciativa federal incorporada ao plano, que demandava o cadastro dos municípios ou estados no programa e estabelecia uma jornada de oito meses, o SEP foi uma inciativa estadual que contou com parceria do MST para a efetivação de uma jornada de alfabetização, baseada na pedagogia freiriana, com duração de dez meses. As definições dos programas são importantes para entender suas divergências e convergências, por isso, nas seções seguintes (1.2, 1.3 e 1.4) serão demonstrados metas, resultados e impactos além das legislações e linhas do tempo de cada programa.

1.2. Legislação e atos normativos

Lei Federal N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: assegura a oferta de educação escolar para jovens, adultos e idosos foi assegurada;

Decreto N.º 4.834, de 8 de setembro de 2003: cria o Programa Brasil Alfabetizado e institui a Comissão Nacional de Alfabetização;

Lei Federal N.º 10.880, de 9 de junho de 2004: dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado;

Decreto Estadual N.º 30.612, de 02 de janeiro de 2015: instituiu o Plano de Ações Mais IDH, viabiliz a criação do "Sim, eu posso!" e incorporou o Programa Brasil Alfabetização às ações do Mais IDH.

1.3. Linha do tempo

PBA:

- 2016: Realização do primeiro ciclo do programa, alfabetização de 11.063 beneficiários nos municípios do Mais IDH (soma dos primeiros ciclos dos programas PBA e SEP);
- 2017: Realização do segundo ciclo do programa; alfabetização de 14.885 beneficiários nos municípios do Mais IDH (soma dos primeiros ciclos dos SEP);

SEP:

- 1961: Criação do método "Yo, sí puedo!" pelo IPLAC;
- 2011: Criação das primeiras turmas do MST com aplicação do método "Sim, eu posso!" no Brasil;
- 2016: Realização do primeiro ciclo do programa, alfabetização de 11.063 pessoas nos municípios do Mais IDH (soma dos programas SEP e PBA);
- 2018: Realização do segundo ciclo do programa; alfabetização de 14.885 beneficiários nos municípios do Mais IDH (soma dos programas SEP e PBA)

2. Metas, Resultados e Impactos do PBA e SEP

A avaliação do "Programa Brasil Alfabetizado" e do "Sim, eu posso!" foi feita a partir do projeto executivo do Programa (MARANHÃO, 2016), que serviu como base para elaboração do Mapa de Processos e Resultados (MaPR), e consequente construção de uma visão sistemática do programa, evidenciando seus produtos, resultados e impactos previstos. (**Figura 1** e **Figura 2**)

Figura 1: Mapa de Processos e Resultados do Programa Brasil Alfabetizado (PBA)

Recursos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
• Execução da SEDUC • Apoio institucional do MEC, Unidades Regionais de Educação (URE), SEMED e dos comitês municipais do Mais IDH; • Alfabetizadores-Coordenadores de Turma e Alfabetizadores; • Recurso Orçamentário do FNDE, MEC e Tesouro Estadual.	• A mobilização do público beneficiário; • Chamada pública para contratação de Alfabetizadores-Coordenadores e Alfabetizadores de turma; • Cadastro de turmas no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA); • Gestão técnico-pedagógica do projeto pela SEDUC; • Concessão de materiais necessários aos processos pedagógicos de alfabetização; • Encaminhamento ao EJA*.	• Turmas de alfabetização ofertadas; • Formação inicial e continuada para os Alfabetizadores – Coordenadores e Alfabetizadores de turma oferecida.	• Jovens, adultos e idosos alfabetizados.	• Redução da taxa de analfabetismo (CP); • Maior autonomia do indivíduo (C-PBA); • Elevação da autoestima (PJ).

Contexto de operação: O programa é situado no contexto estadual de elevadas taxas de analfabetismo e ausência de metodologia específica para sua erradicação;

Público-alvo: Analfabetos com idade de 15 anos ou mais;

Cobertura: 18 municípios integrantes do Mais IDH.

Pressupostos

*Oferta de turmas de EJA pelo governo municipal.

Referência dos Impactos

(CP): Caderno de Projeto

(C-PBA): Caderno de diretrizes do PBA

(PJ): prof. Paulo Jannuzzi

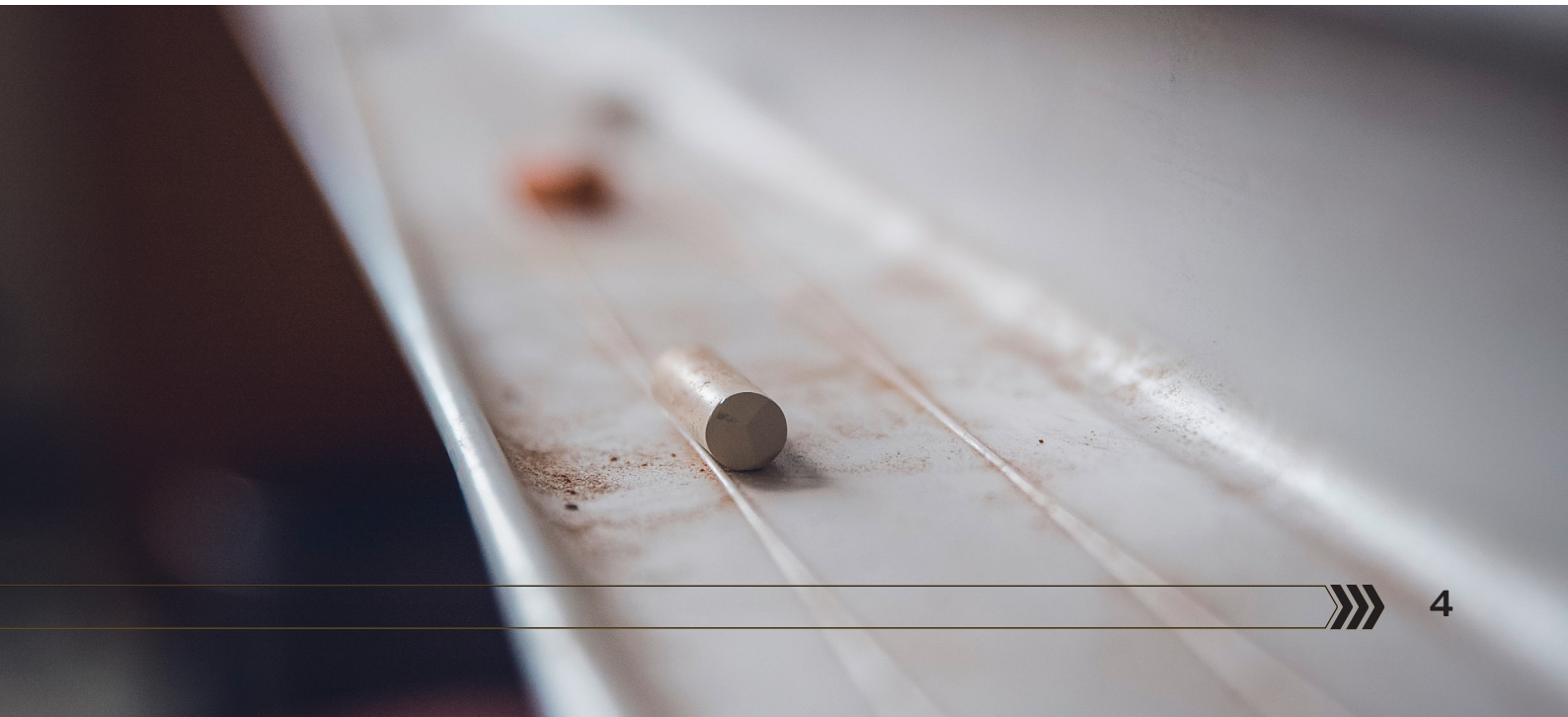
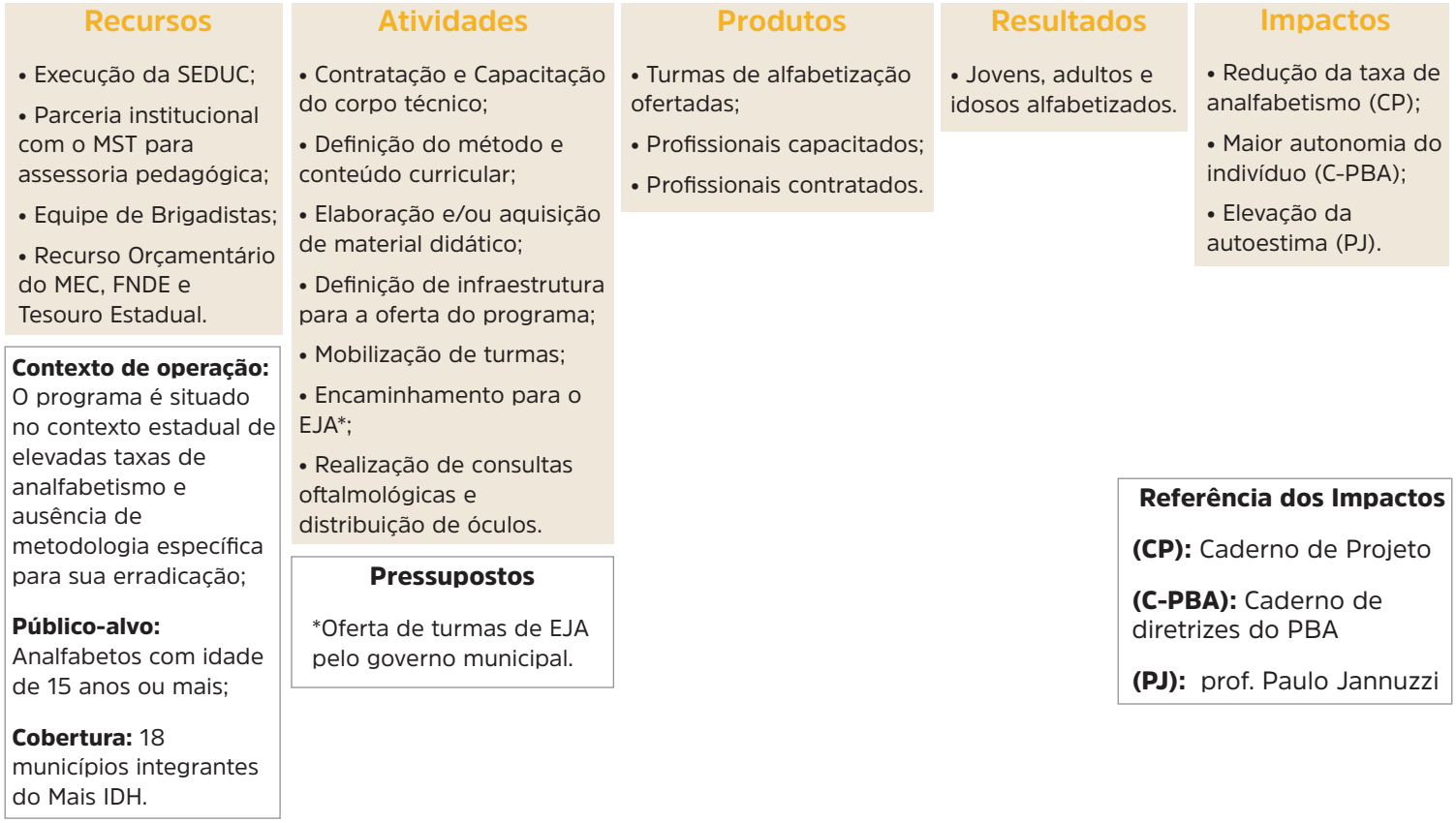


Figura 2: Mapa de Processos e Resultados do Programa “Sim, eu Posso!”



2.1 Metas

Os programas fizeram parte da estratégia de alfabetização do Plano, por isso, as **metas** estabelecidas para o **PBA** foram:

- Executar o programa em 16 municípios do Plano Mais IDH;
- Alfabetizar 6.941 jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos;
- Realizar 5 formações iniciais e 40 continuadas para alfabetizadores-coordenadores e alfabetizadores de turma;
- Encaminhar 6.941 alunos egressos do PBA para matrícula da EJA.

Já as **metas** estabelecidas para o **SEP** foram:

- Implementar o programa em 8 municípios do Plano Mais IDH;
- Organizar 702 turmas com uma média de 20 alfabetizandos (as);

- Formar a Brigada de Alfabetização;
- Capacitar 71 coordenadores (as);
- Capacitar 702 alfabetizadores (as);
- Alfabetizar 14.040 pessoas residentes nos oito municípios.

Os 16 municípios previstos para implementação do PBA foram: Araioses, Arame, Belágua, Brejo de Areia, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, Fernando Falcão, Lagoa Grande do Maranhão, Milagres do Maranhão, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão, São Francisco do Maranhão, São Roberto, Satubinha, Serrano do Maranhão. Os 8 municípios selecionados para receber o SEP foram: Aldeias Altas, Água Doce do Maranhão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão; São João do Carú; São Raimundo do Doca Bezerra.

De acordo com a SEDUC, os programas Brasil Alfabetizado e "Sim, Eu Posso!" tiveram dois ciclos de alfabetização e foram executados em 29 dos 30 municípios do Plano, apenas São João do Soter não aderiu a nenhum dos programas. O PBA foi instaurado em 18 dos 16 municípios maranhenses previstos no projeto, Amapá do Maranhão e Pedro do Rosário também aderiram à estratégia de alfabetização do programa. Assim como o PBA, a adesão ao SEP ultrapassou a quantidade de municípios selecionados no plano, o programa foi efetivado em 15 municípios, beneficiando outros 7 municípios, além dos 8 selecionados previamente. (Tabela 1).

Os dois programas atenderam 38.867 pessoas nos dois ciclos, que ocorreram entre 2016 e 2018, sendo 10.240 pelo PBA e 28.627 pelo "Sim, Eu Posso!". No primeiro ciclo, foram matriculadas 16.423 pessoas, ao passo que, no segundo ciclo, 22.444 pessoas, distribuídas em 3.035 turmas.

No primeiro ciclo, o PBA beneficiou 16 municípios, que totalizaram 815 turmas e 3.944 pessoas alfabetizadas; o SEP iniciou suas atividades em 8 cidades somando 621 turmas e 7.119 pessoas alfabetizadas. No segundo ciclo de alfabetização, o PBA foi executado em 14 municípios com 301 turmas e 2.424 pessoas alfabetizadas. Já o segundo ciclo do SEP ocorreu em 15 cidades com 1.298 turmas e 12.461 pessoas alfabetizadas. Em quatro municípios foi registrado a implantação de ambos os programas, sendo estes: Belágua, Lagoa Grande do Maranhão, Milagres do Maranhão e São Roberto.

Os programas foram responsáveis por alfabetizar 25.948 alunos entre adultos e idosos. Dentre os municípios com maiores registros de alunos alfabetizados,

estão: Aldeias Altas (4.764), Itaipava do Grajaú (2.072), Jenipapo dos Vieiras (1.995), Água Doce do Maranhão (1.946) e Santana do Maranhão (1.676), conforme consta na **Tabela 1**.

Tabela 1: Quantitativo de turmas, meta de matrículas, alfabetizados e percentual de cumprimento de meta, por tipo de programa e ciclo de realização, nos municípios do Mais IDH

Programa	Município	TURMAS		Meta de matrículas		N. º de Matrículas		N.º de Alfabetizados		Cumprimento da meta (%) *	
		1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo
	Mais IDH	1.436	1.599	0	21.864	16.423	22.444	11.063	14.885	67,4	68,1
SEP	Afonso Cunha*	-	45	-	639	-	628	-	481	-	75,3
SEP	Água Doce do Maranhão	61	168	-	2.277	655	2.453	499	1.447	76,2	63,5
SEP	Aldeias Altas	141	237	-	2.850	2.930	3.279	2.197	2.567	75	90,1
PBA	Amapá do Maranhão	-	15	-	225	-	165	-	124	-	55,1
PBA	Araioses	11	20	-	240	91	205	74	130	81,3	54,2
PBA	Arame	192	15	-	175	1.719	173	150	135	8,7	77,1
PBA	Belágua	119	-	-	-	710	-	642	-	90,4	-
SEP	Belágua	-	48	-	721	-	693	-	510	-	70,7
PBA	Brejo de Areia	30	15	-	175	209	176	200	164	95,7	93,7
PBA	Cajari	85	15	-	175	526	142	377	89	71,7	50,9
PBA	Centro Novo do Maranhão	106	15	-	175	1.050	181	731	125	69,6	71,4
PBA	Conceição do Lago-Açu	31	30	-	350	371	309	223	242	60,1	69,1
PBA	Fernando Falcão	21	26	-	290	173	207	89	145	51,4	50
SEP	Governador Newton Bello	56	53	-	1.974	873	731	656	522	75,1	26,4
SEP	Itaipava do Grajaú	91	127	-	2.156	1.319	2.096	988	1.084	74,9	50,3
SEP	Jenipapo dos Vieiras	72	147	-	2.380	720	2.246	540	1.455	75	61,1
SEP	Lagoa Grande do Maranhão	-	60	-	700	-	907	-	596	-	85,1
PBA	Lagoa Grande do Maranhão	12	-	-	-	71	-	53	-	74,6	-
SEP	Marajá do Sena	-	65	-	534	-	941	-	598	-	112
SEP	Milagres do Maranhão	-	50	-	754	-	716	-	416	-	55,2
PBA	Milagres do Maranhão	13	-	-	-	158	-	133	-	84,2	-
PBA	Pedro do Rosário	-	30	-	-	-	248		193	-	-
PBA	Primeira Cruz	34	15	-	-	361	186	276	148	76,5	-
SEP	Santa Filomena do Maranhão	-	68	-	732	-	1.096		833	-	113,8
SEP	Santana do Maranhão	92	87	-	1.158	1.336	1.186	1.002	674	75	58,2
PBA	Santo Amaro do Maranhão	24	35	-	-	147	409	201	345	136,7	-
PBA	São Francisco do Maranhão	38	40	-	-	493	620	251	322	50,9	-
SEP	São João do Carú	72	56	-	1.495	1.140	843	855	420	75	28,1
-	São João do Soter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEP	São Raimundo do Doca Bezerra	36	41	-	997	509	660	382	458	75	45,9
SEP	São Roberto	-	46	-	692	-	670	-	400	-	57,8
PBA	São Roberto	16	-	-	-	222	-	107	-	48,2	-
PBA	Satubinha	58	15	-	-	437	153	252	145	57,7	-
PBA	Serrano do Maranhão	25	15	-	-	203	125	185	117	91,1	-

Fonte: ProMunicípios e Monitoramento do Mais IDH. Nota: SEP: Sim, Eu Posso; PBA: Programa Brasil Alfabetizado.
Para calcular o percentual de cumprimento de meta, considerou-se o número de matrículas realizadas pelo total de alunos alfabetizados.

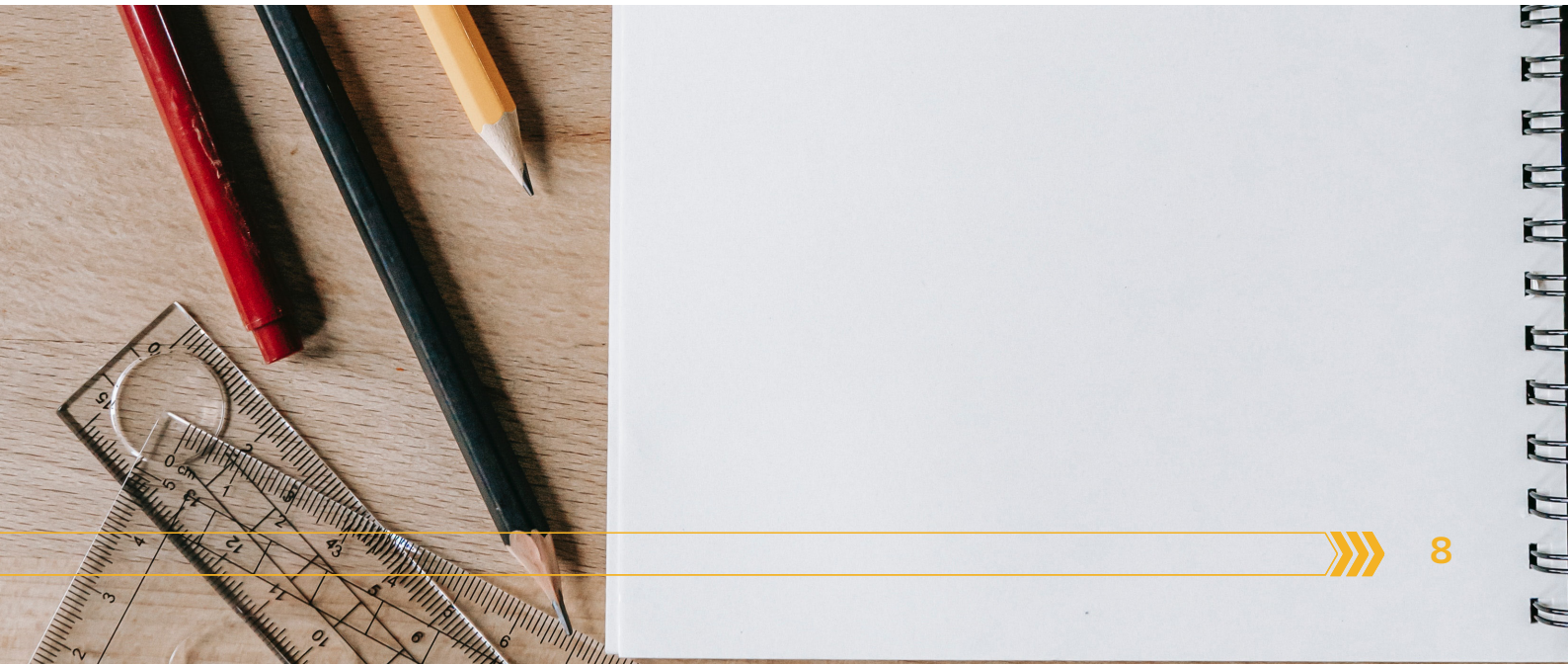
Apesar do Programa Brasil Alfabetizado ter sido executado em mais municípios em ambos os ciclos, o número de registros de matrículas é mais significativo no Programa “Sim, Eu Posso!”. A pesquisa de campo elucidou um dos motivos dessa maior adesão de beneficiários ao SEP. De acordo com um dos gestores do programa:” o “Sim, Eu Posso!” é mais atrativo, devido à metodologia adotada: “O PBA não dá o suporte que o “Sim, Eu Posso!” deu. O PBA dá o recurso pra aplicar as metodologias que as resoluções orientam. O “Sim, Eu Posso!” avança mais porque dá condições, suporte e apoio, para além da escolarização e da alfabetização propriamente dita”.

Uma importante ação que não estava prevista inicialmente, mas foi inserida após a identificação do problema, foi a distribuição de óculos para os alunos do SEP. Segundo um dos professores de Belágua: “os óculos ajudou bastante eles, porque alguns tinha problemas sérios de vista e foi um incentivo dos bons”.

As consultas oftalmológicas e a entrega dos óculos viabilizaram a adesão e continuidade dos beneficiários que apresentavam comprometimento da visão, vista como uma das primeiras barreiras que impedem a população de voltar (ou ingressar) às salas de aula (MARANHÃO, 2016).

Em Piquizeiro, povoado de Belágua, algumas desistências foram oriundas de problemas oftalmológicos:

“[muita gente] desistiu, mas foi pouca, os que desistiram mais foi por conta do problema de vista”. Um dos beneficiários relatou que a entrega dos óculos foi uma ação importante do Programa: “importante também foi colocado a questão dos óculos. Muitas pessoas diziam: não posso porque minha vista cansa demais”. Todavia, os beneficiários relataram como ponto negativo o atraso na entrega dos óculos“ [ganhamos óculos] no final, mas foi bom. Quando os óculos vieram, foi uma motivação”.



Para dar continuidade no processo de alfabetização, uma das metas dos dois programas é o encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar de não ser possível identificar a quantidade de egressos dos programas que foram encaminhados pra EJA após os ciclos, é possível identificar alguns avanços quanto à continuidade dos estudos nos municípios do Mais IDH. Entre 2016 e 2021, o número de matrículas na EJA dobrou, saindo de 11.178 matrículas para 22.680 (**Tabela 2**).

No mesmo período, identificou-se o crescimento do número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, dentre os 30 municípios do Mais IDH: Serrano do Maranhão, que saiu de 52 matriculas na EJA para 1.540; Belágua, que recebeu os dois programas e apresentou um crescimento significativo de matrículas desde 2017, ano dos segundos ciclos do programa; Afonso Cunha também segue na mesma tendência; e Conceição Lago-açu, onde observou-se uma tendência de crescimento a partir de 2016.

A partir dos dados coletados, pode-se concluir que PBA ultrapassou tanto o número de cidades, quanto o número de jovens acima de 15 anos, adultos e idosos alfabetizados que foram estipulados como meta inicial nos dois ciclos, no entanto, não é possível averiguar se houve cumprimento no que tange às metas sobre a formação inicial e continuada dos alfabetizadores, tampouco sobre o encaminhamento dos egressos à EJA. Em relação ao SEP, as metas de cidades, turmas e pessoas alfabetizadas também foram superadas, no entanto não é possível analisar o cumprimento das metas de capacitações dos coordenadores e alfabetizadores.

Tabela 2: Quantidade de egressos dos Programas e número de matriculas na EJA nos municípios do Mais IDH – 2014 a 2021

Município	Egressos dos Programas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Maranhão	--	167.947	160.714	138.343	164.500	159.774	159.969	149.843	169.133
Mais IDH	25.948	18.684	17.501	11.178	15.274	16.945	17.121	15.204	22.680
Outros 30 de menor IDH	--	20.132	20.092	18.554	24.259	23.959	24.304	22.331	26.333
Demais municípios	--	129.131	123.121	108.611	124.967	118.870	118.544	112.308	126.889
Afonso Cunha	481	230	98	91	257	311	279	354	585
Água Doce do Maranhão	1.946	1.035	1.098	206	1.107	1.153	1.354	1.220	1.284
Aldeias Altas	4.764	1.665	1.807	1.647	1.890	1.996	2.139	2.047	3.083
Amapá do Maranhão	124	180	130	107	105	92	383	306	176
Araioses	204	622	632	645	434	388	350	283	884
Arame	285	197	96	74	229	144	182	135	472
Belágua	1.152	190	92	37	958	1.049	1.246	1.087	1.014
Brejo de Areia	364	554	737	642	652	773	607	597	436
Cajari	466	871	950	803	509	117	463	186	492
Centro Novo do Maranhão	856	1.414	1.870	867	535	350	402	543	582
Conceição do Lago-Açu	465	268	203	439	328	1.296	1.251	1.199	1.274
Fernando Falcão	234	668	567	343	148	86	100	226	202

Município	Egressos dos Programas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Governador Newton Bello	1.178	111	115	88	362	528	596	485	564
Itaipava do Grajaú	2.072	448	171	160	145	127	80	61	412
Jenipapo dos Vieiras	1.995	927	921	592	846	736	748	926	883
Lagoa Grande do Maranhão	649	110	85	64	62	108	159	136	145
Marajá do Sena	598	23	21	61	34	0	33	33	156
Milagres do Maranhão	549	648	416	274	591	435	384	362	576
Pedro do Rosário	193	2.687	2.191	932	1.756	2.111	1.080	442	2.214
Primeira Cruz	424	2.118	1.701	168	687	1.047	770	455	895
Santa Filomena do Maranhão	833	23	101	65	452	562	556	574	79
Santana do Maranhão	1.676	347	212	215	391	599	421	348	705
Santo Amaro do Maranhão	546	265	147	190	0	0	0	32	222
São Francisco do Maranhão	573	138	241	166	277	150	404	488	748
São João do Carú	1.275	790	705	387	521	443	557	347	364
São João do Soter	-	710	782	583	483	427	453	297	452
São Raimundo do Doca Bezerra	840	90	54	109	329	227	175	78	161
São Roberto	507	566	547	330	291	292	357	336	234
Satubinha	397	645	680	841	799	1.359	1.530	1.537	1.846
Serrano do Maranhão	302	144	131	52	96	39	62	84	1.540

Fonte: Seduc–MA/ Inep.
Nota: Os matriculados na EJA, entre 2014 e 2020, não necessariamente participaram dos programas Programa Brasil Alfabetizado e “Sim, eu Posso!”.



2.2 Resultados e impactos

A partir dos MaPR's, elaborou-se uma Plano de avaliação para os resultados e impactos do Programa, onde foi possível identificar a abordagem, o direcionamento e a metodologia da avaliação. (**Quadro 1**).

Quadro 1: Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado e "Sim, eu posso!"

COMPONENTE	ABORDAGEM	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	METODOLOGIA	OBSERVAÇÕES
Resultados	Quantitativa e qualitativa	• Jovens, adultos e idosos alfabetizados;	• Análise exploratória/ descritiva dos dados de monitoramento do programa e entrevistas com gestores/técnicos/ professores e beneficiários;	• Pesquisa sobre o número de inscritos, evasão e formados e entrevistas com coordenadores de turma e alfabetizadores e entrevistas semiestruturadas com gestores/técnicos/ professores e beneficiários;	Pesquisa já foi contemplada na primeira parte da avaliação, com dados do monitoramento e entrevistas semiestruturadas.
Impactos	Quantitativa e qualitativa	• Maior autonomia do indivíduo; • Elevação da autoestima; • Redução da taxa de analfabetismo.	• Levantamento dos dados estaduais sobre a taxa de analfabetismo e escolaridade; • Pesquisa sobre o impacto do programa na vida dos beneficiários.	• Entrevista com beneficiários ou relatos de gestores/técnicos/ professores sobre o impacto do programa na autonomia e na elevação da autoestima dos beneficiários.	Pesquisa contemplada na primeira parte da avaliação.

Fonte: elaborado por Imesc, a partir do Caderno de Projetos do Plano Mais IDH (MARANHÃO, 2016) com metodologia de Jannuzzi (2016).

Os programas apresentaram como resultado a alfabetização de jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos. Como já evidenciado, o PBA e o SEP foram responsáveis pela alfabetização de 25.948 pessoas em 29 municípios do Plano Mais IDH, o que representa 31,8% do total das pessoas classificadas como analfabetas no Censo Demográfico 2010. Houve municípios que o percentual de pessoas alfabetizadas chegou a 79,99% (Belágua) e 82,5% (Aldeias Altas) da população. No entanto, não há dados atualizados sobre analfabetismo para o âmbito municipal, o que não permite identificar se houve redução na taxa de analfabetismo nos municípios beneficiados pelo PBA e SEP. Em 2010, os municípios do Mais IDH contabilizavam um total de 81.564 pessoas com 15 anos ou mais de idade em situação de analfabetismo, o que representava 33,1% da população nessa faixa etária. (**Tabela 3**).

Tabela 3: Número e Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais em 2010 e número de alunos alfabetizados pelos programas

Município	N.º pessoas analfabetas IBGE 2010 (a)	N.º de alunos alfabetizados pelos programas (b)	Percentual de pessoas alfabetizadas (b/a)
Mais IDH	81.564	25.948	31,8
Afonso Cunha	1.277	481	37,7
Água Doce do Maranhão	2.837	1.946	68,6
Aldeias Altas	5.772	4.764	82,5
Amapá do Maranhão	1.329	124	9,3
Araioses	9.682	204	2,1
Arame	6.531	285	4,4
Belágua	1.442	1.152	79,9
Brejo de Areia	1.235	364	29,5
Cajari	2.584	466	18,0
Centro Novo do Maranhão	2.753	856	31,1
Conceição do Lago-Açu	3.076	465	15,1
Fernando Falcão	2.175	234	10,8
Governador Newton Bello	2.774	1.178	42,5
Itaipava do Grajaú	3.073	2.072	67,4
Jenipapo dos Vieiras	3.291	1.995	60,6
Lagoa Grande do Maranhão	2.334	649	27,8
Marajá do Sena	1.946	598	30,7
Milagres do Maranhão	1.795	549	30,6
Pedro do Rosário	4.054	193	4,8
Primeira Cruz	2.242	424	18,9
Santa Filomena do Maranhão	1.464	833	56,9
Santana do Maranhão	2.630	1.676	63,7
Santo Amaro do Maranhão	2.095	546	26,1
São Francisco do Maranhão	3.056	573	18,8
São João do Carú	2.635	1.275	48,4
São João do Soter	-	-	-
São Raimundo do Doca Bezerra	1.529	840	54,9
São Roberto	1.384	507	36,6
Satubinha	2.291	397	17,3
Serrano do Maranhão	2.278	302	13,3

Fonte: IBGE/Seduc; IMESC.



Os programas apresentam como impactos esperados uma maior autonomia do indivíduo, elevação da autoestima e redução da taxa de analfabetismo. Sobre maior autonomia e elevação da autoestima do indivíduo, alguns beneficiários relataram que aprenderam a escrever o nome e consideraram isso um significativo avanço em suas vidas, sobretudo por não carregarem mais o estigma de analfabetos: “Num tô dizendo pra vocês que eu sou a pessoa mais feliz do mundo porque eu aprendi assinar meu nome!”.

Com a assinatura do nome, puderam trocar seus documentos de Carteira de Identidade: “Foi importante porque eu não sabia nem como botar meu nome. Quando eu ia em qualquer lugar, eu não assinava o meu nome e todo mundo ficava olhando eu botando o dedo (...). Quando eu aprendi a fazer meu nome, em qualquer lugar que eu chego, não boto mais o dedo, eu faço o meu nome”.

Desse modo, a Mobilização pela Alfabetização incorporou dois programas que tinham como impacto previsto a redução da taxa de analfabetismo, a maior autonomia do indivíduo e a elevação de sua autoestima. Programas de alfabetização têm grandes impactos na vida de seus beneficiários, para além do que pode ser averiguado quantitativamente. Nesse sentido, as pesquisas foram capazes de mostrar que, além da alfabetização, os beneficiários puderam desenvolver um vínculo maior com a comunidade e com seus alfabetizadores, como foi no caso do “Sim, eu posso!”.

3. Situação atual e Perspectivas

O PBA e o SEP encerraram suas atividades no ano de 2018. De acordo com os gestores estaduais do PBA não teve continuidade devido aos cortes orçamentários. O SEP foi considerado um dos programas de maior êxito do mais IDH, devido ao método empregado e aos resultados, tanto em termos de quantidade e número de pessoas alcançadas, como satisfação do público beneficiado. Em depoimentos de beneficiários ficou evidente o desejo de que o Programa retorne e possibilite um melhor preparo para o ingresso no EJA.

Entre as possibilidades de aperfeiçoamento dos programas, caso haja continuidade, cita-se uma seleção de alfabetizadores mais robusta, para que sejam selecionados profissionais com uma maior familiaridade com alfabetização do grupo em questão. Necessita-se de material didático para além da distribuição de livros e uma continuidade das consultas oftalmológicas, visto que, como constatado em entrevista, esses fatores fizeram diferença na adesão e continuidade dos beneficiários no processo de alfabetização. Sobre as consultas,

mostrou-se necessário uma maior agilidade na entrega dos óculos. Para além dos gargalos, os beneficiários e gestores demonstraram anseio por continuidade do SEP com implementação de novas turmas. Acerca do monitoramento dos programas, faz-se necessário maior acompanhamento sobre o quantitativo de egressos que foram encaminhados à EJA, para que assim seja possível averiguar a continuidade do beneficiário no processo de alfabetização.

4. Considerações

O analfabetismo de jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos é um problema multifacetado, é preciso ser enfrentado de várias frentes. Desse modo, mensurar os impactos dessas ações não é algo simples, porém é preciso estabelecer um panorama situacional sobre a questão do analfabetismo e mostrar alguns impactos qualitativos do programa na vida dos beneficiários.

Os programas Brasil Alfabetizado e “Sim, eu posso!” formaram a frente pela alfabetização de jovens, adultos e idosos nos municípios do Mais IDH, sendo o primeiro executado pela SEDUC e o último fruto da parceria da SEDUC com o MST. Os programas funcionaram em 29 municípios entre 2016 e 2018, cada programa teve dois ciclos de alfabetização que resultaram em 25.948 pessoas alfabetizadas.

Para viabilizar o PBA, o desenho do programa previa contratação de coordenadores-alfabetizadores e alfabetizadores de turma além da distribuição de material didático. O SEP previa, além da capacitação de corpo técnico e distribuição de material didático, as consultas oftalmológicas.

As estratégias de alfabetização evidenciaram a necessidade de ter-se alfabetizadores com maior familiaridade com a alfabetização de jovens, adultos e idosos e a necessidade de ter-se material didático mais atrativo para este grupo.

Nesse âmbito, o SEP mostrou ter uma adequação maior à rotina e necessidades dos alfabetizandos. Embora o SEP tenha sido mais exitoso que o PBA, ambos provocaram mudança na vida daqueles que terminaram o ciclo de alfabetização. Os programas alfabetizaram mais de 20 mil jovens, adultos e idosos em 29 municípios do Mais IDH, proporcionando maior autonomia e melhorando a autoestima desses indivíduos que, como registrado, agora poderiam assinar seus nomes em seus documentos.

5. Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto n.° 4.834, de 8 de setembro de 2003. Cria o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4834.htm

BRASIL. Decreto N. º 6.093, de 24 de abril de 2007 . Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6093.htm

BRASIL. Lei n.º 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm

BRASIL. Lei n.º 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4o da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm

MARANHÃO. Lei Estadual N. º 10.614, de 05 de julho de 2017 – Institui o Programa Estadual "Mais Alfabetização" e dá outras providências. São Luís, 2019b. Disponível em: https://www3.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4818

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular. Secretaria Adjunta de Promoção do Mais IDH. Plano Mais IDH: Cadernos de Projetos. São Luís, 2016b. V. 2.



MAIS IDH



FAPEMA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEPLAN
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

IMESC
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos